



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 22/05/2025. Publicação: 23/05/2025. Nº 093/2025.

ISSN 2764-8060

EDITAL

EDITAL DE ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025

EDITAL Nº 002 – MP/MA

PRIMEIRO TERMO DE RETIFICAÇÃO

O Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão e Presidente da Comissão de Concurso Público do Ministério Público do Estado do Maranhão, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO o Primeiro Termo de Retificação do Edital de Abertura n.º 01/2025, conforme segue:

Art. 1º Fica RETIFICADO o Conteúdo Programático Referente ao Grupo Temático I - Direito Administrativo, itens 12 e 14, conforme segue:

12. Administração Pública e 3º setor. Lei n.º 9.637/1998 (Lei das organizações sociais - OS). Lei 9.790/1999 (Lei Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP). Regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil (Lei n.º 13.019/2014, alterada pela Lei n.º 13.204/2015).

14. Administração Pública e Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n.º 13.709/2018, alterada pela Lei n.º 13.853/2019).

Art. 2º Fica RETIFICADO o Conteúdo Programático Referente ao Grupo Temático I - Organização do Ministério Público, item 4, conforme segue:

4. Garantias constitucionais relativas aos membros do Ministério Público. As garantias da inamovibilidade, da irredutibilidade de subsídio, da vitaliciedade e do foro por prerrogativa de função.

Art. 3º Fica RETIFICADO o Conteúdo Programático Referente ao Grupo Temático II - Direito Processual Civil, itens 5 a 26 e 30 a 32, conforme segue:

5. Sujeitos do processo. Partes e Procuradores. Capacidade processual. Deveres das partes e dos procuradores. Responsabilidade por dano processual. Sucessão, substituição e representação.

6. Despesas, honorários advocatícios e multas. Gratuidade da justiça.

7. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Intervenção voluntária e provocada. Assistência. Denúnciação da lide. Chamamento ao processo. Incidente de desconconsideração da personalidade jurídica. Amicus curiae. Outras intervenções.

8. Juiz. Poderes, deveres e responsabilidades. Impedimentos e suspeição.

9. Ministério Público. Perfil constitucional. Intervenção como parte. Intervenção como fiscal da ordem jurídica. Poderes investigatórios. Responsabilidades. Impedimentos e suspeição.

10. Advocacia pública. Regime processual.

11. Defensoria pública. Regime processual.

12. Métodos de resolução dos litígios individuais e coletivos.

13. Mecanismos de autocomposição: negociação, mediação, conciliação, arbitragem, práticas restaurativas e convenções.

14. Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público (Resolução CNMP nº 118/2014).

15. Política Nacional de Incentivo à Atuação Resolutiva do Ministério Público brasileiro (Recomendação CNMP nº 54/2017).

16. Fatos jurídicos processuais. Atos, fatos e negócios processuais. Atos processuais. Conceito. Classificação. Forma. Tempo e lugar. Pronunciamentos do juiz. Prazos. Penalidades e preclusões. Nulidades. Comunicação dos atos processuais.

17. Tutela jurisdicional. Formas de tutela. Classificações. Tutela provisória. Tutela definitiva.

18. Processo e procedimento. Procedimento comum e procedimentos especiais. Jurisdição contenciosa: Ações possessórias; Inventário e partilha; Embargos de terceiro; Habilitação; Ações de família; Processos contenciosos de divórcio, separação, reconhecimento e extinção de união estável, guarda, visitação, filiação e alimentos; Ação monitória. Jurisdição voluntária: Disposições gerais; alienações judiciais; divórcio, separação, extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens do matrimônio; testamentos e codicilos; herança jacente; bens dos ausentes; coisas vagas; interdição, tutela e curatela e estatuto da pessoa com deficiência; Organização e fiscalização das fundações.

19. Procedimento comum: petição inicial e seus requisitos, registro e distribuição, valor da causa, cumulação de pedidos; deferimento, indeferimento e emenda da inicial; improcedência liminar do pedido; audiência de conciliação ou mediação; transação e homologação; citação: conceito, espécies, efeitos. Intimações. Contestação e reconvenção; pedido contraposto; ações dúplices; revelia e seus efeitos; providências preliminares e saneamento; julgamento conforme o estado do processo; saneamento e organização do processo; audiência de instrução e julgamento.

20. Prova. Conceito. Objeto. Ônus. Procedimento. Apreciação. Espécies. Depoimento pessoal. Confissão. Exibição de documento ou coisa. Prova documental, testemunhal e pericial. Inspeção judicial. Provas ilícitas.

21. Sentença: conceito e natureza. Classificação. Estrutura lógica. Requisitos. Efeitos principais e secundários. Vícios e correção. Publicação e intimação. Coisa julgada. Conceito. Natureza política. Coisa julgada formal e material. Limites Objetivos e Subjetivos. A tese da “relativização”.

22. Cumprimento provisório e definitivo da sentença.

23. Recurso. Conceito e fundamento. Natureza jurídica. Efeitos. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito. Pressupostos recursais. Princípios fundamentais. Os poderes do Relator. Remessa necessária.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 22/05/2025. Publicação: 23/05/2025. Nº 093/2025.

ISSN 2764-8060

24. Recursos. Apelação. Agravo de Instrumento. Agravo Interno. Embargos de declaração. Recursos ordinário, especial e extraordinário. Noções gerais e hipóteses de cabimento. Repercussão Geral. Filtro de relevância do recurso especial. Agravos em recursos extraordinário e especial. Embargos de divergência. Julgamento dos recursos repetitivos.

25. Precedentes e julgados vinculantes. Precedente, jurisprudência e súmula. Efeito vinculante. Limites do efeito vinculante. Fundamentos relevantes. Distinção e superação.

26. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Incidente de assunção de competência.

30. Processo de execução: execução em geral; partes; competência; requisitos; formação, suspensão e extinção da execução; responsabilidade patrimonial; fraudes; espécies de execução: para entrega de coisa, das obrigações de fazer ou de não fazer e por quantia certa; execução de alimentos; execução contra a Fazenda Pública.

31. Oposição à execução: impugnação ao cumprimento de sentença; embargos à execução; defesa por simples petição.

32. Execução Fiscal. Ação Expropriatória. Divórcio e separação. Restaurações, retificações e suprimentos dos registros públicos. Mandado de segurança individual e coletivo. Ação popular. Habeas corpus no cível. Habeas data. Mandado de injunção. Reclamação. Ação civil pública. Ação de alimentos. Ação de investigação de paternidade. Legitimidade do Ministério Público na investigação de paternidade (Lei n.º 8.560/92). Ação de usucapião. Tutela individual e coletiva da posse: interdito proibitório, reintegração e manutenção da posse. Inventário e partilha. Embargos de terceiro. Ação monitoria contra a Fazenda Pública. Juizados Especiais Cíveis (Lei n.º 9.099/95). Improbidade administrativa (Lei n.º 8.429/92). Procedimentos de Jurisdição Voluntária.

Art. 4º Fica INCLUÍDO no Conteúdo Programático Referente ao Grupo Temático II, os temas sobre Direito Financeiro, conforme segue:

DIREITO FINANCEIRO

1. Direito financeiro. Conceito e objeto. Direito financeiro na Constituição Federal de 1988.

2. Orçamento público. Conceito, espécies e natureza jurídica. Princípios orçamentários. Leis orçamentárias. Espécies e tramitação legislativa. Lei Federal n.º 4.320/1964. Fiscalização financeira e orçamentária.

3. Despesa pública. Conceito e classificação de despesa pública. Disciplina constitucional dos precatórios.

4. Receita pública. Conceito, ingresso e receitas. Classificação das receitas públicas.

5. Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

6. Crédito público. Conceito e classificação de crédito público. Natureza jurídica. Controle, fiscalização e prestação de contas.

7. A atuação do Tribunal de Contas no controle orçamentário.

8. Empréstimos públicos: classificação, fases, condições, garantias, amortização e conversão.

9. Dívida pública.

Art. 5º Fica RETIFICADO o Conteúdo Programático Referente ao Grupo Temático III - Direito Penal, itens 33 e 34, conforme segue:

33. Crimes tipificados no Código Penal. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral. Crimes praticados por particular contra a administração em geral. Crimes praticados por particular contra a administração pública estrangeira. Crimes em licitações e contratos administrativos. Crimes contra a administração da justiça. Crimes contra as finanças públicas. Crimes contra o Estado Democrático de Direito.

34. Legislação especial. Contravenções penais (Decreto-Lei n.º 3.688/ 1941). Crimes falimentares. Lei n.º 11.101/ 2005. Crimes de responsabilidade. Lei n.º 1.079/1950 e Decreto-Lei n.º 201/1967 (Prefeitos e vereadores). Crimes contra a economia popular (Lei n.º 1.521/1951). Contravenções florestais. Crimes de abuso de autoridade (Lei n.º 13.869/2019). Crimes militares (Decreto-Lei n.º 1.001/1969). Lei n.º 7.210/1984 (Lei de Execução Penal). Crime previsto na Lei n.º 7.347/1985 (recusa, retardamento ou omissão de dados técnicos requisitados pelo Ministério Público para a propositura de ação civil pública). Condutas tipificadas penalmente na Lei n.º 9.434/1997 (Remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano). Crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (Leis n.ºs 7.716/1989 e 9.459/1997). Crimes contra a criança e o adolescente (Lei n.º 8.069/1990). Crimes contra o consumidor (Lei n.º 8.078/1990). Crimes contra a ordem econômica, tributária e relações de consumo e contra o sistema financeiro nacional (Leis n.ºs 8.137/1990, 8.176/1991, 7.492/86 e 9.080/1995). Crimes hediondos (Leis n.ºs 8.072/1990 e 8.930/1994). Disposições penais da Lei n.º 8.429/1992. Crimes previstos na Lei n.º 8.666/1993 (Licitações e contratos da Administração Pública). Juizados Especiais Criminais (Lei n.º 9.099/ 1995): infrações penais de menor potencial ofensivo. Crimes da Lei n.º 9.029/1995 (exigências discriminatórias para fins de admissão ou permanência da relação jurídica de trabalho). Disposições penais das Leis n.ºs 9.034/1995 e 9.303/1996 (Prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas). Crimes da Lei n.º 9.263/1996 (Planejamento familiar). Disposições penais relativas à Lei n.º 9.296/1996 (Interceptação telefônica). Condutas tipificadas penalmente nas Leis n.ºs 9.279/1996 (Propriedade industrial) e 9.609/1998 (Propriedade intelectual de programas de computador). Crimes de trânsito (Lei n.º 9.503/1997). Lei antiterrorismo (Lei n.º 13.260/2016). Legislação sobre organização criminosa (Leis n.º 12.694/2012 e 12.850/2013). Crimes de tortura (Lei n.º 9.455/1997). Crimes da Lei n.º 10.826/2003 (Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providência). Crimes contra a saúde pública (Lei n.º 9.677/1998). Crimes de lavagem de dinheiro (Lei n.º 9.613/1998). Lei Anticorrupção (Lei n.º 12.846/2013). Crimes contra o meio ambiente (Leis n.º 9.605/1998 e 11.284/2006). Responsabilidade penal da pessoa jurídica. Crimes da Lei Antidrogas (Lei n.º 11.343/2006). Crimes da Lei n.º 11.340/2006 (Violência doméstica e familiar contra a mulher).

Art. 6º Fica RETIFICADO o Conteúdo Programático Referente ao Grupo Temático II - Direito Processual Penal, item 28, conforme segue:



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 22/05/2025. Publicação: 23/05/2025. Nº 093/2025.

ISSN 2764-8060

28. Leis n.º 11.705/2008 (“Lei Seca”), 11.767/2008 (Limites da inviolabilidade do advogado) e 11.900/2009 (Legislação Informatizada: realização de interrogatório e outros atos processuais por sistema de videoconferência).

Art. 7º Fica RETIFICADO o Conteúdo Programático Referente ao Grupo Temático IV - Direitos Transindividuais e Direitos Humanos, itens 4 e 5, conforme segue:

4. Código Florestal: Lei n.º 12.651/2012. Fauna: Lei n.º 5.197/1967. Sistema Nacional de Unidades de Conservação: Lei n.º 9.985/2000. Política Nacional de Gerenciamento Costeiro: Lei n.º 7.661/1988. Agrotóxicos: Lei n.º 14.785/2023. Proteção à fauna doméstica e domesticada. Direito dos animais.

5. Estatuto da Cidade: Lei n.º 10.257/2001. Política Nacional de Recursos Hídricos: Lei n.º 9.433/1997. Parcelamento do solo: Lei n.º 6.766/1979. Saneamento: Leis n.ºs 11.445/2007 e 14.026/2020. Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Tombamento: Decreto-Lei n.º 25/1937. Patrimônio Cultural. Lei n.º 8.159/1991. Lei n.º 11.904/2009: Estatuto dos Museus.

Art. 8º Este termo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

São Luís/MA, data do sistema.

DANILO JOSÉ DE CASTRO FERREIRA
Procurador-Geral de Justiça
Presidente da Comissão de Concurso

ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DAS PROVAS RETIFICADO

GRUPOS TEMÁTICOS:

GRUPO 1 - Direito Constitucional, Direito Administrativo, Organização do Ministério Público e Organização Judiciária do Estado do Maranhão.

GRUPO 2 - Direito Civil, Direito Processual Civil e Direito Tributário.

GRUPO 3 - Direito Penal, Direito Processual Penal e Direito Eleitoral.

GRUPO 4 - Direitos Transindividuais e Direitos Humanos: Direito Ambiental, Direito Sanitário, Direito da Criança e do Adolescente, Direito do Consumidor, Direito do Idoso, Direito das Pessoas com Deficiência, Direito à Educação, Direitos Humanos e legislação específica correspondente.

GRUPO I

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. O Estado Moderno. Surgimento e evolução. Constitucionalismo. O Estado Moderno como Estado Constitucional. Princípios da unidade, da democracia e do Estado de Direito.

2. Poder Constituinte originário e derivado. Constituição. Conceito. Tipologia e classificação das Constituições. Revisão e reforma constitucional.

3. Normas constitucionais: interpretação, aplicabilidade e eficácia.

4. Princípio da supremacia constitucional. A desconstitucionalização, a recepção e a repristinação. Normas constitucionais e inconstitucionais. Inconstitucionalidade formal e material, originária e superveniente.

5. Controle de constitucionalidade: preventivo e repressivo. Sistemas concentrado e difuso. Controle incidental. Ação direta de inconstitucionalidade genérica e interventiva. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão. Ação declaratória de constitucionalidade. Arguição de descumprimento de preceito fundamental. Controle de constitucionalidade em âmbito estadual e municipal.

6. Direitos e garantias fundamentais. Evolução e teoria geral dos direitos fundamentais. Proteção internacional. Internacionalização dos direitos fundamentais. Colisão entre direitos fundamentais. Vinculação do administrador público e do legislador. Deveres fundamentais. Direitos sociais. Direitos e interesses individuais, coletivos, difusos e individuais homogêneos.

7. Mandado de injunção. Mandado de segurança. Mandado de segurança coletivo. Ação popular. Habeas corpus. Habeas data. Ação civil pública.

8. Direito de nacionalidade.

9. Estado Federal: conceito e sistemas de repartição de competências. Repartição de competências na Constituição da República.

10. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios. Suas atribuições. Competência exclusiva, concorrente e residual para legislar.

11. Intervenção federal nos Estados. Intervenção estadual nos Municípios.

12. A Administração Pública. Princípios que a norteiam. Responsabilidade civil do poder público. Servidores Públicos. Regime e ingresso nas carreiras públicas. Direitos e deveres.

13. A organização do Estado. Teoria Geral da Separação dos Poderes. Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Funções essenciais à justiça.

14. Processo legislativo e espécies normativas. Medida provisória: natureza, cabimento e efeitos.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 22/05/2025. Publicação: 23/05/2025. Nº 093/2025.

ISSN 2764-8060

15. A defesa do Estado e das instituições democráticas.
16. Princípios constitucionais tributários. Reforma tributária. Finanças públicas. Ordem econômica e financeira.
17. Ordem social.
18. Constituição do Estado do Maranhão.
19. Limites e poderes das Comissões Parlamentares de Inquérito.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Direito Administrativo: conceito, objeto, fontes. A constitucionalização do Direito Administrativo. Princípios do direito administrativo. Princípios constitucionais da administração pública: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência. Sistema administrativo brasileiro. Administração Pública: estrutura, entidades, órgãos e agentes públicos. A atividade administrativa. Poderes e deveres do administrador público. Uso e o abuso do poder.
2. Regime jurídico-administrativo: o público e o privado na Administração Pública. Poderes administrativos. Poder vinculado e poder discricionário. Poder hierárquico e poder disciplinar. Poder de polícia. Polícia judiciária e polícia administrativa. Parceria público-privada (Lei n.º 11.079/2004).
3. Serviços públicos: conceito, princípios, classificação. Competência e formas da prestação do serviço público. Administração indireta: descentralização, entidades. Entes de cooperação. Serviços delegados a particulares. Convênios e consórcios administrativos. Entidades do terceiro setor e o Direito Administrativo.
4. Atos administrativos: conceito, requisitos, atributos. Mérito do ato administrativo. Procedimento administrativo. Discricionariedade e vinculação. Atos administrativos em espécie: classificação, conteúdo e forma. Perfeição, validade, vigência e eficácia dos atos administrativos. Teoria dos motivos determinantes. Extinção dos atos administrativos.
5. Contratos administrativos: conceito, interpretação, espécie do gênero contrato. Características dos contratos administrativos. Modalidades dos contratos administrativos. Formalização e execução dos contratos administrativos. Convênios administrativos.
6. Licitação: conceito, princípios, objeto. Obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade de licitação. Modalidades de licitação e procedimentos. Anulação e revogação da licitação. Recursos administrativos. Nova lei de licitações e contratos (Lei n.º 14.133/2021). Lei das Estatais (Lei n.º 13.303/2016).
7. Servidores públicos: regime jurídico, classificação. Políticas de administração e de remuneração de pessoal. Cargo, emprego e função. Criação, transformação e extinção de cargos, empregos ou funções. Provimento e vacância de cargos públicos. Aposentadoria, estabilidade, exercício de mandato eletivo. Demissão de vitalícios e estáveis. Direitos, deveres e responsabilidade dos servidores públicos. Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Maranhão (Lei n.º 6.107/1994). Regime disciplinar dos servidores públicos: Tipicidade, Sanção Disciplinar, Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar.
8. Bens públicos: conceito, classificação, características. Administração e utilização dos bens públicos. Aquisição e alienação dos bens públicos. Bens públicos em espécie. Patrimônio histórico. Proteção ambiental. Intervenção do Estado na propriedade: função social da propriedade e bem-estar social, competência, meios. Desapropriações. Servidões administrativas. Requisição. Ocupação temporária. Limitação administrativa. Atuação do Estado no domínio econômico.
9. Responsabilidade patrimonial extracontratual do Estado. Teorias da culpa administrativa, do risco administrativo e do risco integral. Responsabilidade civil do Estado no direito brasileiro. Causas excludentes e atenuantes. Responsabilidade por atos legislativos e por atos jurisdicionais. Prescrição e decadência. Reparação do dano.
10. Controle da Administração Pública: conceito, espécies, tipos, formas. Controle administrativo: conceito, alcance, meios, processo administrativo. Controle legislativo: conceito, alcance, controle político, fiscalização financeira e orçamentária. Controle judicial: conceito, limites, meios de controle. Representação e atuação processual da Administração Pública.
11. Danos ao Patrimônio Público. Atos de improbidade administrativa: sujeitos (sujeito ativo, sujeito passivo e terceiros) e categorias de atos de improbidade administrativa. Lei n.º 8.429/1992 (dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências) e alterações da Lei n.º 14.230/2021. Condutas caracterizadoras de improbidade administrativa. Outros atos de improbidade: atos ímprobos previstos no Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001), decorrentes de condutas vedadas a agentes públicos em campanhas eleitorais (Lei n.º 9.504/1997), resultantes do descumprimento da nova Lei das Licitações e Contratos e da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000) e decorrentes de atos contra o meio ambiente (Lei n.º 9.605/1998). O conceito de agente público. Sanções (natureza jurídica, espécies, aplicação e gradação). A apuração administrativa e judicial dos atos de improbidade administrativa. Natureza jurídica das decisões e condenações dos Tribunais de Contas. Ação Popular e Ação Civil Pública em Defesa do Patrimônio Público. Ação Civil de Improbidade (natureza jurídica, legitimação, competência, prazo para ajuizamento e prescrição e causas de sua interrupção). Providências cautelares. Atuação extrajudicial e judicial do Ministério Público em defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa. Execução da sentença condenatória em ação por improbidade. Prescrição da execução da sentença condenatória. Imprescritibilidade das ações de ressarcimento. Crimes de Responsabilidade (Lei n.º 1.079/1950 e Decreto-Lei n.º 201/1967).
12. Administração Pública e 3º setor. Lei n.º 9.637/1998 (Lei das organizações sociais - OS). Lei 9.790/1999 (Lei Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP). Regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil (Lei n.º 13.019/2014, alterada pela Lei n.º 13.204/2015).
13. Administração Pública e Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527/2011).
14. Administração Pública e Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n.º 13.709/2018, alterada pela Lei n.º 13.853/2021).

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 22/05/2025. Publicação: 23/05/2025. N° 093/2025.

ISSN 2764-8060

1. O Ministério Público. Construção histórica.
2. O Ministério Público: conceito e perfil constitucional. Princípios institucionais: Unidade, Indivisibilidade e Independência Funcional. Autonomias constitucionais: Funcional, Administrativa e Financeira.
3. Ramos do Ministério Público. A Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – Lei n.º 8.625/93. A Lei Complementar Estadual n.º 013/91 e suas alterações posteriores e a Lei Complementar n.º 75/93.
4. Garantias constitucionais relativas aos membros do Ministério Público. As garantias da inamovibilidade, da irredutibilidade de subsídio, da vitaliciedade e do foro por prerrogativa de função.
5. Órgãos de administração e de execução do Ministério Público. A Administração Superior: órgãos, competências e atribuições. Órgãos auxiliares do Ministério Público.
6. As vedações constitucionais. Funções institucionais do Ministério Público. Inquérito civil. Notificações e requisições. Poder de investigação do Ministério Público.
7. A carreira do Ministério Público: provimento, posse, exercício, estágio probatório, vitaliciamento. Promoções e remoções. Afastamentos e substituições. Tempo de serviço e aposentadoria. Reintegração, reversão e aproveitamento.
8. Responsabilidade penal, civil e administrativa do membro do Ministério Público. Regime disciplinar e correições. Processo administrativo disciplinar. A estrutura organizacional e o regime jurídico dos membros do Ministério Público na Constituição Federal, na Constituição Estadual e na legislação institucional.
9. O Conselho Nacional do Ministério Público: composição, competência; as Resoluções CNMP 23/2007, 82/2012, 118/2014, 164/2017, 174/2017, 179/2017, 181/2017, 198/2019 (alterações respectivas) e outras orientações de caráter normativo.
10. Evolução dos meios de proteção e promoção dos direitos fundamentais e as funções extrajudiciais e judiciais do MP.
11. A efetivação dos direitos fundamentais e atuação do MP.

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO MARANHÃO

1. Lei Complementar Estadual n.º 14, de 17 de dezembro de 1991, Código de Divisão e Organização Judiciária do Maranhão, atualizado e compilado até Lei Complementar n.º 283/2025, LIVRO I e LIVRO III;
2. Composição, funcionamento, atribuições e competência dos órgãos do Poder Judiciário.
3. Competência e incumbência do magistrado de primeiro grau.
4. Atribuições, concurso, nomeação e posse dos Serventuários da Justiça. Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Resolução-GP n.º 14, de 17 de fevereiro de 2021, consolidada e atualizada até a Resolução-GP n.º 45, de 20 de março de 2025, LIVRO I – TÍTULO I, LIVRO II – TÍTULOS I e II, LIVRO III – TÍTULOS I, II e III;
5. Divisão Judiciária para efeito da administração da Justiça. Criação e instalação de comarcas.

GRUPO II

DIREITO CIVIL

1. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (LINDB). Decreto-lei n.º 4.657/1942 e alterações da Lei n.º 13.655/2018.
2. Pessoa natural. Direitos de Personalidade. Incapacidade absoluta e relativa. Restrições e limitações de direito. Pessoa jurídica. Registro civil das pessoas jurídicas. Sociedades e associações. Dos direitos da personalidade como cláusula geral de proteção à pessoa humana. Direito ao nome, nome social e direito de alteração do nome. Direito à imagem, à privacidade e à honra. Direitos de personalidade e biografias não autorizadas. Hate speech e redes sociais;
3. Fundações. Requisitos. Constituição. Insuficiência de bens. Fiscalização. Alteração dos estatutos. Extinção das fundações e destino dos bens. Atuação do Ministério Público. Registro de atos.
4. Domicílio civil. Espécies. Pluralidade. Domicílio da pessoa jurídica. Domicílio de eleição.
5. Bens. Classificação geral dos bens. Bem de família.
6. Fato jurídico. Ato jurídico. Negócio jurídico. Conceito. Condições de validade. Consentimento. Boa fé. Ato ilícito.
7. Defeitos dos negócios jurídicos. Erro, dolo, coação, simulação, fraude contra credores, lesão e estado de perigo. Reserva mental.
8. Da nulidade e da anulabilidade dos negócios jurídicos. Consequências. Ratificação.
9. Decadência. Prescrição. Causas que impedem, suspendem e interrompem a prescrição. Prazos.
10. Registros Públicos. Registro Civil das pessoas físicas e jurídicas. Registro de Títulos e Documentos. Finalidade. Registros facultativos e obrigatórios. Registro de Imóveis.
11. Conceito de obrigações. Classificação das obrigações. Obrigações em relação ao seu vínculo (obrigação civil, moral e natural). Obrigações quanto ao seu objeto (dar, fazer e não fazer). Obrigações em relação à pluralidade de sujeitos (obrigação divisível e indivisível e obrigação solidária). Obrigações quanto ao seu conteúdo (obrigação de meio, resultado e garantia).
12. Efeitos das obrigações. Pagamento. Tempo de pagamento. Lugar do pagamento. Prova de pagamento. Pagamento indevido. Pagamento indireto. Consignação em pagamento. Pagamento com sub-rogação. Dação em pagamento. Novação. Transação.
13. Inexecução das obrigações. Efeitos.
14. Transmissão das obrigações. Cessão de crédito.
15. Contratos. Formação do contrato. Interpretação do contrato. Contratos unilaterais e bilaterais. Contratos consensuais e solenes. Contratos de execução **imediata e de execução continuada. Teoria da imprevisão (cláusula “rebus sic stantibus”). Liberdade de contratar e função social do contrato. Da resolução por onerosidade excessiva. Contratos pessoais e impessoais. Contratos aleatórios. Contrato preliminar.
16. Efeitos dos contratos. Arras. Vícios redibitórios. Evicção.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 22/05/2025. Publicação: 23/05/2025. Nº 093/2025.

ISSN 2764-8060

17. Princípios gerais do contrato. Compra e venda. Promessa de compra e venda. Doação. Locação comercial e residencial. Mandato. Fiança e Parceria rural.
 18. Atos ilícitos. Responsabilidade civil: subjetiva, objetiva, contratual e extracontratual. Teoria do risco. Responsabilidade civil do Estado. Dano patrimonial e extrapatrimonial. Extensão do dano.
 19. Posse. Classificação. Aquisição. Perda. Efeitos. Proteção possessória. Função social.
 20. Propriedade. Conceito, Propriedade imóvel: aquisição e perda. Função social.
 21. Usucapião. Conceito. Natureza. Extensão e espécies.
 22. Condomínio. Noções gerais.
 23. Usufruto. Servidão. Hipoteca.
 24. Direito de Família: famílias simultâneas, famílias reconstituídas, famílias monoparentais, família homoafetiva;
 25. Casamento. Nulidades. Impedimentos. Efeitos jurídicos. Causas suspensivas. Efeitos Jurídicos. Regimes de bens. União estável.
 26. Dissolução da sociedade e do vínculo conjugal. Formas e consequências. Proteção da pessoa dos filhos.
 27. Relação de parentesco.
 28. Paternidade post mortem; Filiação por reprodução assistida; Filiação biológica e socioafetiva. Multiparentalidade; Paternidade havida fora do matrimônio. Formas de reconhecimento.
 29. Adoção. Conceitos. Requisitos. Efeitos.
 30. Alimentos. Investigação de paternidade.
 31. Tutela, curatela, ausência. Hipoteca legal.
 32. Sucessão. Disposições gerais. Transmissão da herança. Aceitação e renúncia da herança. Herança jacente. Incapacidade sucessória.
 33. Sucessão legítima. Ordem de vocação hereditária. Herdeiros necessários. Direito de representação.
 34. Sucessão testamentária. Capacidade para testar. Parte disponível.
 35. Inventário, arrolamento e partilha. Sonegados. Colações. Pagamento das dívidas. Garantia dos quinhões hereditários. Nulidade da partilha. Sobrepartilha.
 36. Evolução da história e da distribuição das terras no Brasil. Atuação do Ministério Público na mediação de conflitos fundiários urbanos e rurais.
 37. Recuperação de empresas e falência;
- DIREITO PROCESSUAL CIVIL**
1. O direito processual civil (novo CPC 2015). Jurisdição. Conceito. Características. Escopos. Princípios. Jurisdição voluntária.
 2. Competência. Conceito. Critérios. Espécies. Competência absoluta e competência relativa. Prorrogação. Prevenção. Perpetuação. Deslocamento. Conflitos.
 3. Ação. Conceito. Natureza jurídica: teorias. Condições. Identificação. Classificação. Direito de defesa. Exceções e objeções materiais e processuais.
 4. Processo. Conceito. Natureza jurídica: teorias. Garantias e princípios fundamentais do Processo Civil. Pressupostos processuais.
 5. Sujeitos do processo. Partes e Procuradores. Capacidade processual. Deveres das partes e dos procuradores. Responsabilidade por dano processual. Sucessão, substituição e representação.
 6. Despesas, honorários advocatícios e multas. Gratuidade da justiça.
 7. Litisconsórcio. Intervenção de terceiros. Intervenção voluntária e provocada. Assistência. Denúnciação da lide. Chamamento ao processo. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Amicus curiae. Outras intervenções. Ministério Público (parte e custos legis).
 8. Juiz. Poderes, deveres e responsabilidades. Impedimentos e suspeição.
 9. Ministério Público. Perfil constitucional. Intervenção como parte. Intervenção como fiscal da ordem jurídica. Poderes investigatórios. Responsabilidades. Impedimentos e suspeição.
 10. Advocacia pública. Regime processual.
 11. Defensoria pública. Regime processual.
 12. Métodos de resolução dos litígios individuais e coletivos.
 13. Mecanismos de autocomposição: negociação, mediação, conciliação, arbitragem, práticas restaurativas e convenções.
 14. Política Nacional de Incentivo à Autocomposição no âmbito do Ministério Público (Resolução CNMP nº 118/2014).
 15. Política Nacional de Incentivo à Atuação Resolutiva do Ministério Público brasileiro (Recomendação CNMP nº 54/2017).
 16. Fatos jurídicos processuais. Atos, fatos e negócios processuais. Atos processuais. Conceito. Classificação. Forma. Tempo e lugar. Pronunciamentos do juiz. Prazos. Penalidades e preclusões. Nulidades. Comunicação dos atos processuais.
 17. Tutela jurisdicional. Formas de tutela. Classificações. Tutela provisória. Tutela definitiva.
 18. Processo e procedimento. Procedimento comum e procedimentos especiais. Jurisdição contenciosa: Ações possessórias; Inventário e partilha; Embargos de terceiro; Habilitação; Ações de família; Processos contenciosos de divórcio, separação, reconhecimento e extinção de união estável, guarda, visitação, filiação e alimentos; Ação monitória. Jurisdição voluntária: Disposições gerais; alienações judiciais; divórcio, separação, extinção consensual de união estável e alteração do regime de bens do



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 22/05/2025. Publicação: 23/05/2025. Nº 093/2025.

ISSN 2764-8060

matrimônio; testamentos e codicilos; herança jacente; bens dos ausentes; coisas vagas; interdição, tutela e curatela e estatuto da pessoa com deficiência; Organização e fiscalização das fundações.

19. Procedimento comum: petição inicial e seus requisitos, registro e distribuição, valor da causa, cumulação de pedidos; deferimento, indeferimento e emenda da inicial; improcedência liminar do pedido; audiência de conciliação ou mediação; transação e homologação; citação: conceito, espécies, efeitos. Intimações. Contestação e reconvenção; pedido contraposto; ações dúplices; revelia e seus efeitos; providências preliminares e saneamento; julgamento conforme o estado do processo; saneamento e organização do processo; audiência de instrução e julgamento.

20. Prova. Conceito. Objeto. Ônus. Procedimento. Apreciação. Espécies. Depoimento pessoal. Confissão. Exibição de documento ou coisa. Prova documental, testemunhal e pericial. Inspeção judicial. Provas ilícitas.

21. Sentença: conceito e natureza. Classificação. Estrutura lógica. Requisitos. Efeitos principais e secundários. Vícios e correção. Publicação e intimação. Coisa julgada. Conceito. Natureza política. Coisa julgada formal e material. Limites Objetivos e Subjetivos. A tese da "relativização".

22. Cumprimento provisório e definitivo da sentença.

23. Recurso. Conceito e fundamento. Natureza jurídica. Efeitos. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito. Pressupostos recursais. Princípios fundamentais. Os poderes do Relator. Remessa necessária.

24. Recursos. Apelação. Agravo de Instrumento. Agravo Interno. Embargos de declaração. Recursos ordinário, especial e extraordinário. Noções gerais e hipóteses de cabimento. Repercussão Geral. Filtro de relevância do recurso especial. Agravos em recursos extraordinário e especial. Embargos de divergência. Julgamento dos recursos repetitivos.

25. Precedentes e julgados vinculantes. Precedente, jurisprudência e súmula. Efeito vinculante. Limites do efeito vinculante. Fundamentos relevantes. Distinção e superação.

26. Incidente de resolução de demandas repetitivas. Incidente de assunção de competência.

27. Uniformização de jurisprudência. Declaração de inconstitucionalidade.

28. O microsistema da tutela coletiva. Processo civil estrutural.

29. Ação Rescisória e ação anulatória. Cabimento. Competência. Procedimento.

30. Processo de execução: execução em geral; partes; competência; requisitos; formação, suspensão e extinção da execução; responsabilidade patrimonial; fraudes; espécies de execução: para entrega de coisa, das obrigações de fazer ou de não fazer e por quantia certa; execução de alimentos; execução contra a Fazenda Pública.

31. Oposição à execução: impugnação ao cumprimento de sentença; embargos à execução; defesa por simples petição.

32. Execução Fiscal. Ação Expropriatória. Divórcio e separação. Restaurações, retificações e suprimentos dos registros públicos. Mandado de segurança individual e coletivo. Ação popular. Habeas corpus no cível. Habeas data. Mandado de injunção. Reclamação. Ação civil pública. Ação de alimentos. Ação de investigação de paternidade. Legitimidade do Ministério Público na investigação de paternidade (Lei n.º 8.560/92). Ação de usucapião. Tutela individual e coletiva da posse: interdito proibitório, reintegração e manutenção da posse. Inventário e partilha. Embargos de terceiro. Ação monitória contra a Fazenda Pública. Juizados Especiais Cíveis (Lei n.º 9.099/95). Improbidade administrativa (Lei n.º 8.429/92). Procedimentos de Jurisdição Voluntária.

DIREITO FINANCEIRO

1. Direito financeiro. Conceito e objeto. Direito financeiro na Constituição Federal de 1988.

2. Orçamento público. Conceito, espécies e natureza jurídica. Princípios orçamentários. Leis orçamentárias. Espécies e tramitação legislativa. Lei Federal n.º 4.320/1964. Fiscalização financeira e orçamentária.

3. Despesa pública. Conceito e classificação de despesa pública. Disciplina constitucional dos precatórios.

4. Receita pública. Conceito, ingresso e receitas. Classificação das receitas públicas.

5. Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

6. Crédito público. Conceito e classificação de crédito público. Natureza jurídica. Controle, fiscalização e prestação de contas.

7. A atuação do Tribunal de Contas no controle orçamentário.

8. Empréstimos públicos: classificação, fases, condições, garantias, amortização e conversão.

9. Dívida pública.

DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Sistema Constitucional Tributário Brasileiro. Elementos constitutivos. Características. Princípios Constitucionais Tributários.

2. Discriminação constitucional de competências tributárias. Repartição de receitas. Limitações constitucionais ao poder de tributar.

3. Fontes de Direito Tributário. Legislação tributária. Vigência e aplicação da legislação tributária. Interpretação e integração.

4. Obrigação tributária. Hipóteses de incidência e fato gerador. Sujeito ativo e sujeito passivo. Base de cálculo e alíquota. Responsabilidade tributária e obrigação acessória. Ilícitos decorrentes. Sanções no âmbito do Direito Penal.

5. Crédito tributário. Lançamento. Suspensão, extinção, exclusão, garantias e privilégios do crédito tributário.

6. Tributos. Conceito e classificação. Impostos, taxas e contribuição de melhoria. Empréstimos compulsórios. Contribuições parafiscais. Imposto sobre a transmissão "causa mortis" e "inter vivos". Doação de bens e direitos.

7. Isenção e anistia.

8. Prescrição e decadência no Direito Tributário.

9. Apropriação indébita no Direito Tributário.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 22/05/2025. Publicação: 23/05/2025. Nº 093/2025.

ISSN 2764-8060

10. Tributos federais, estaduais e municipais. Noções gerais e natureza. Fato gerador e sujeitos. Base de cálculo e alíquota. Lançamento.
11. Fiscalização tributária. Dívida ativa. A execução fiscal.
12. Processo administrativo fiscal. Generalidades. Espécies. Recursos. Princípios aplicáveis.
13. Matéria tributária em juízo. Ação anulatória de débito fiscal e o mandado de segurança.
14. Imunidade tributária recíproca. Autarquias e empresas públicas.
15. Legislação estadual e regulamentos do ICMS.
16. Lei n.º 8.137/1990 - crimes contra a ordem tributária;

GRUPO III

DIREITO PENAL

1. Direito Penal. Conceito. Características. Direito Penal comum e especial. Princípios constitucionais penais. O paradigma constitucional da interpretação e aplicação do Direito Penal. Garantias penais fundamentais na Constituição. Garantismo penal.
2. Direito Penal, Criminologia e Política Criminal. Principais Escolas e teorias criminológicas.
3. Norma penal. Conceito e classificação. Crimes e contravenções. Norma penal em branco. Fontes do Direito Penal. Interpretação e integração da norma penal. Analogia.
4. Princípio da Reserva Legal. Antecedentes históricos. Fundamento jurídico e alcance do princípio.
5. Aplicação da lei penal. Princípios. Lei penal no tempo, no espaço e em relação às pessoas. Imunidades e suas espécies. Contagem de prazo. Frações não computáveis na pena.
6. Teoria do Crime. Conceito de crime. Características. Classificação.
7. Teoria da Ação. Causas que excluem a ação.
8. Teoria do Tipo. Classificação. Elementos e estrutura do tipo. Funções do tipo. Tipos abertos e fechados. Teoria da congruência. Tipicidade. Atipicidade absoluta e relativa. Teoria da imputação objetiva.
9. Conflito aparente de normas. Objeto do crime. Bem jurídico. Sujeito ativo e passivo.
10. Dolo. Conceito. Teorias. Elementos do dolo. Elementos subjetivos do tipo. Espécies de dolo. Culpa. Elementos, modalidades e espécies. Preterdolo.
11. Erro de tipo. Conceito. Erro de tipo e erro de tipo permissivo. Erro de tipo escusável e inescusável. Erro acidental. Erro provocado por terceiro. Erro sobre o objeto. Erro na execução. Resultado diverso do pretendido. Erro e relação de causalidade.
12. Antijuridicidade. Conceito. Formas. Causas de justificação. Os excessos. Consentimento do ofendido. Teoria da adequação social e o princípio da insignificância.
13. Princípio da culpabilidade. Responsabilidade objetiva. Crimes qualificados pelo resultado. Crime preterdoloso.
14. Culpabilidade. Teorias. Conceito. Elementos.
15. Imputabilidade. Conceito. Causas de exclusão. Imputabilidade diminuída. Embriaguez. Actio libera in causa. Emoção e paixão.
16. Consciência da ilicitude. Conceitos e teorias. Erro de proibição. Conceito e formas.
17. Erro de proibição e erro de tipo. Erro de proibição vencível e erro de proibição invencível.
18. Exigibilidade de comportamento conforme o direito. Princípios gerais. Coação moral irresistível. Obediência hierárquica.
19. Estrutura do crime culposo. Princípio da confiança.
20. Estrutura do crime omissivo. Crime omissivo próprio. Crime comissivo por omissão. Tipo subjetivo nos crimes omissivos.
21. Tentativa. Conceito. Natureza e elementos. Crime tentado, crime consumado e exaurimento. Formas de tentativa. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Crime impossível e delito putativo. Arrependimento posterior.
22. Concurso de agentes. Concurso necessário e concurso eventual. Autoria e participação. Autoria mediata e autoria colateral. Circunstâncias comunicáveis e incommunicáveis. Natureza jurídica do concurso e da participação. Cooperação dolosamente distinta. Punibilidade. Convivência.
23. Delação premiada. Características e efeitos.
24. Teoria da Pena. Espécies. Fundamentos, fins e conceito da pena. Classificação das penas. Penas privativas de liberdade e restritivas de direito. Pena de multa. Regimes. Detração penal. Medidas de Segurança.
25. Aplicação da pena. Técnica de fixação da sanção penal. Circunstâncias judiciais. Circunstâncias atenuantes e agravantes. Causas de diminuição ou aumento de pena.
26. Concurso de crimes. Concurso material, concurso formal e crime continuado.
27. Condições objetivas de punibilidade e condições de procedibilidade. Escusas absolutórias.
28. Extinção da punibilidade. Conceito. Causas extintivas. Efeitos.
29. Sursis. Livramento condicional.
30. Ação penal. Espécies. Crime complexo.
31. Prescrição. Espécies. Prazos. Características. Interrupção e suspensão.
32. Perdão judicial. Conceito. Natureza jurídica.
33. Crimes tipificados no Código Penal. Crimes contra a pessoa. Crimes contra o patrimônio. Crimes contra a propriedade imaterial. Crimes contra a dignidade sexual. Crimes contra a família. Crimes contra a incolumidade pública. Crimes contra a paz pública. Crimes contra a fé pública. Crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral. Crimes praticados por particular contra a administração em geral. Crimes praticados por particular contra a administração pública estrangeira. Crimes



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 22/05/2025. Publicação: 23/05/2025. N° 093/2025.

ISSN 2764-8060

em licitações e contratos administrativos. Crimes contra a administração da justiça. Crimes contra as finanças públicas. Crimes contra o Estado Democrático de Direito.

34. Legislação especial. Contravenções penais (Decreto-Lei n.º 3.688/ 1941). Crimes falimentares. Lei n.º 11.101/ 2005. Crimes de responsabilidade. Lei n.º 1.079/1950 e Decreto-Lei n.º 201/1967 (Prefeitos e vereadores). Crimes contra a economia popular (Lei n.º 1.521/1951). Contravenções florestais. Crimes de abuso de autoridade (Lei n.º 13.869/2019). Crimes militares (Decreto-Lei n.º 1.001/1969). Lei n.º 7.210/1984 (Lei de Execução Penal). Crime previsto na Lei n.º 7.347/1985 (recusa, retardamento ou omissão de dados técnicos requisitados pelo Ministério Público para a propositura de ação civil pública). Condutas tipificadas penalmente na Lei n.º 9.434/1997 (Remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano). Crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (Leis n.ºs 7.716/1989 e 9.459/1997). Crimes contra a criança e o adolescente (Lei n.º 8.069/1990). Crimes contra o consumidor (Lei n.º 8.078/1990). Crimes contra a ordem econômica, tributária e relações de consumo e contra o sistema financeiro nacional (Leis n.ºs 8.137/1990, 8.176/1991, 7.492/86 e 9.080/1995). Crimes hediondos (Leis n.ºs 8.072/1990 e 8.930/1994). Disposições penais da Lei n.º 8.429/1992. Crimes previstos na Lei n.º 8.666/1993 (Licitações e contratos da Administração Pública). Juizados Especiais Criminais (Lei n.º 9.099/ 1995): infrações penais de menor potencial ofensivo. Crimes da Lei n.º 9.029/1995 (exigências discriminatórias para fins de admissão ou permanência da relação jurídica de trabalho). Disposições penais das Leis n.ºs 9.034/1995 e 9.303/1996 (Prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminosas). Crimes da Lei n.º 9.263/1996 (Planejamento familiar). Disposições penais relativas à Lei n.º 9.296/1996 (Interceptação telefônica). Condutas tipificadas penalmente nas Leis n.ºs 9.279/1996 (Propriedade industrial) e 9.609/1998 (Propriedade intelectual de programas de computador). Crimes de trânsito (Lei n.º 9.503/1997). Lei antiterrorismo (Lei n.º 13.260/2016). Legislação sobre organização criminosa (Leis n.º 12.694/2012 e 12.850/2013). Crimes de tortura (Lei n.º 9.455/1997). Crimes da Lei n.º 10.826/2003 (Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providência). Crimes contra a saúde pública (Lei n.º 9.677/1998). Crimes de lavagem de dinheiro (Lei n.º 9.613/1998). Lei Anticorrupção (Lei n.º 12.846/2013). Crimes contra o meio ambiente (Leis n.º 9.605/1998 e 11.284/2006). Responsabilidade penal da pessoa jurídica. Crimes da Lei Antidrogas (Lei n.º 11.343/2006). Crimes da Lei n.º 11.340/2006 (Violência doméstica e familiar contra a mulher).

35. Direito das vítimas. Vitimologia (Recomendação CNMP 101/23 e 111/24)

36. Reforma do Código de Processo Penal - Lei n.º 13.964/2019 (Aperfeiçoamento da legislação penal e processual penal);

37. Cadeia de Custódia.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Princípios e garantias constitucionais referentes ao Processo Penal. Normas internacionais de proteção ao acusado. Pacto de San José da Costa Rica (Decreto n.º 678/1992) e Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos de Nova Iorque (Decreto n.º 592/1992). Princípio do favor rei e suas derivações.

2. Princípios prevalentes que regem o Processo Penal.

3. Interpretação, aplicação e integração da lei processual penal. Sistemas processuais penais. Lei processual penal no tempo e no espaço. Imunidades processuais. Garantismo penal.

4. O Ministério Público. Titularidade da ação penal e princípio acusatório. Ministério Público como parte e como fiscal da lei. Efeitos dos princípios institucionais do Ministério Público no Processo Penal. Prerrogativas funcionais do Ministério Público. O Juiz. Deveres judiciais em relação às partes. Defesa pública e particular. O acusado. A vítima. O assistente de acusação.

5. Investigação criminal. Inquérito policial. Atos de investigação pelo Ministério Público. Resolução nº 181, de 7 de agosto de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público. Controle externo da atividade policial. Direitos do preso e do indiciado. Instituto do acordo de não persecução penal (art. 28-A, do Código de Processo Penal)

6. Jurisdição e competência.

7. Ação penal. Condições da ação penal. Condições objetivas de punibilidade. Condições de procedibilidade. Classificação. Ação civil ex delicto.

8. Pressupostos processuais de existência e validade.

9. Questões e processos incidentes. Questões prejudiciais. Exceções. Incidente de falsidade. Conflito de competência. Medidas assecuratórias. Restituição de coisas apreendidas. Insanidade mental do acusado.

10. Teoria Geral da Prova. Provas em espécie. Sistemas de valoração. Cadeia de Custódia das provas. Ônus. Limites éticos e jurídicos da prova. Teoria dos frutos da árvore envenenada. Meios processuais e operacionais de combate ao crime organizado e aos crimes de colarinho branco. Sigilos bancário, fiscal e telefônico. Interceptações telefônicas. Busca pessoal e domiciliar. Provas digitais.

11. Sujeitos processuais.

12. Prisão em flagrante. Prisão preventiva. Prisão temporária. Medidas cautelares de natureza pessoal diversas da prisão (Lei n.º 12.403/2011). Medidas cautelares no âmbito da Lei 11.340/06. Prisão Domiciliar. Liberdade provisória. Fiança. Vedações e restrições constitucionais e legais. Fiança. Prisão civil. Prisão-pena. Prisão especial. Busca e apreensão pessoal e domiciliar. Prisão especial.

13. Fatos e atos processuais. Citação, notificação e intimação.

14. Processo e procedimento. Procedimentos em espécie. Procedimento comum ou ordinário. Procedimento sumário. Procedimento nos crimes falimentares. Procedimento nos crimes de responsabilidade de funcionários públicos. Procedimento nos crimes contra a honra da competência do juiz singular. Procedimento nos feitos de competência do Tribunal do Júri (Lei n.º 11.689/2008). Procedimento nos Juizados Especiais Criminais. Transação penal.

15. Suspensão condicional do processo. Emendatio libelli. Mutatio Libelli. Procedimentos (Lei n.º 11.719/2008).



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 22/05/2025. Publicação: 23/05/2025. Nº 093/2025.

ISSN 2764-8060

16. Sentença criminal. Fixação da pena. Fixação de regime inicial de cumprimento de pena. Coisa julgada. Detração (Lei n.º 12.736/2012).
17. Nulidades.
18. Recursos. Teoria Geral dos Recursos. Conceitos e caracteres genéricos dos recursos criminais. Procedimento recursal. Efeitos dos recursos. Juízo de retratação. Extinção anormal dos recursos. Pressupostos de admissibilidade recursal (juízo de admissibilidade). Ações de impugnação. Revisão criminal, coisa julgada, rescisão da sentença, fundamento político. Ação: legitimação, condições, interesse, possibilidade de pedido, provas novas. Procedimento. Pressupostos processuais. Competência. Efeitos. Recursos. Natureza jurídica: espécies, condições da ação, cabimento da tutela e procedimento. Apelação. Recurso em sentido estrito. Carta testemunhável. Correição parcial. Embargos de Declaração. Embargos infringentes e de nulidade. Agravo em execução.
19. Recursos constitucionais. Pressupostos recursais: legitimidade, tempestividade, cabimento, preparo. Pressupostos específicos: esgotamento das vias ordinárias, prequestionamento, negação de análise de prova. Dos efeitos e da medida cautelar para ensejar efeito suspensivo. Recursos especial, ordinário e extraordinário.
20. Habeas corpus. Revisão criminal. Mandado de segurança.
21. Procedimento na Lei Antidrogas (Lei n.º 11.343/2006).
22. Crimes hediondos (Lei n.º 8.072/1990).
23. Justiça Militar. Estrutura, competência e procedimento.
24. Lei n.º 12.850/2013 (Lei de Organização Criminosa).
25. Lei n.º 9.807/1999 (Proteção a vítimas, testemunhas e acusados).
26. Juizados Especiais Criminais (Lei n.º 9.099/1995).
27. Lei n.º 11.340/2006 (Violência doméstica e familiar contra a mulher).
28. Leis n.º 11.705/2008 ("Lei Seca"), 11.767/2008 (Limites da inviolabilidade do advogado) e 11.900/2009 (Legislação Informatizada: realização de interrogatório e outros atos processuais por sistema de videoconferência).
29. Lei n.º 7.210/1984 (Lei de Execução Penal). Objeto e aplicação da lei penal. Pressupostos. Competência para a execução. O condenado e o internado. Distinção. Classificação. A disciplina. Direitos e deveres. Faltas disciplinares. Procedimentos administrativos. Os órgãos da execução penal. Juízo da execução. Ministério Público. Conselho Penitenciário. Execução das penas e das medidas de segurança. Legitimidade. Estabelecimentos penais. Os incidentes de execução. Procedimento judicial e recurso.
30. Audiências de Custódia (Resolução n.º 213/2015, do CNJ); Exames de corpo de delito, Resolução n.º 414/2021 do CNJ; Juiz das Garantias, Resolução n.º 562/2024 do CNJ; Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões (BNMP 3.0), Resolução n.º 417/2021 do CNJ; Enfrentamento da tortura e maus-tratos, Recomendação n.º 111/2024 do CNMP;
31. Aspectos processuais penais constantes das Leis n.º 9.296/1996 (interceptação de comunicações telefônicas), n.º 9.613/1998 ("lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores), n.º 10.826/2003 (registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm), e n.º 12.850/2013 (Organização Criminosa).

DIREITO ELEITORAL

1. Direito Eleitoral: a) Fontes; b) Princípios Constitucionais Aplicáveis.
2. Ministério Público Eleitoral: a) órgãos; b) atribuições.
3. Justiça Eleitoral: a) órgãos; b) composição; c) competência; d) funções (consultiva e normativa); e) poder de polícia; f) organização do eleitorado e divisão da Justiça Eleitoral (circunscrição, zona e seção eleitoral).
4. Direito de Sufrágio e Sistemas Eleitorais: a) distinção entre sufrágio, voto e escrutínio; b) referendo, plebiscito e iniciativa popular; c) sistemas eleitorais (majoritário e proporcional).
5. Partidos Políticos: a) autonomia; b) criação; c) filiação; d) fidelidade partidária (Resolução TSE n.º 22.610/2007); e) competência da Justiça Eleitoral; f) Ação de Suspensão de Órgão Partidário (SOP). Resolução TSE n.º 23.662/2021.g) Lei n.º 14.208/2021 - Federações Partidárias;
6. Alistamento Eleitoral: a) domicílio eleitoral; b) transferência de domicílio eleitoral; c) revisão eleitoral.
7. Direitos Políticos: a) perda ou suspensão; b) suspensão de direitos políticos e inelegibilidade.
8. Elegibilidade, Inelegibilidade e Inabilitação para Mandato: a) condições de elegibilidade; causas de inelegibilidade; c) momento de aferição; d) inabilitação para o mandato.
9. Registro de Candidatura: a) convenções partidárias; b) reserva de gênero; c) condições de registrabilidade; d) coligações partidárias (majoritárias e proporcionais); e) substituição de candidato.
10. Propaganda Eleitoral: a) propaganda partidária e intrapartidária; b) promoção pessoal; Marco Civil da Internet (Lei n.º 12.965/2014), impulsionamento, uso de avatares, chatbot, conteúdo sintético e inteligência artificial. c) prazos para realização; d) propaganda extemporânea e consequências; e) propaganda lícita; f) propaganda ilícita; g) direito de resposta; h) representação por propaganda eleitoral irregular; i) pesquisas e testes eleitorais.
11. Votação. Apuração. Diplomação: a) votação; b) dia das eleições (limitações a prisão do eleitor; transporte e alimentação do eleitor; propaganda); c) apuração; d) diplomação (natureza jurídica e competência).
12. Ações Eleitorais: a) ação de impugnação ao registro de candidatura (hipóteses, legitimidade, prazo, procedimento); b) ação de investigação judicial eleitoral (hipóteses, legitimidade, prazo, procedimento); c) ação de impugnação de mandato eletivo (hipóteses, legitimidade, prazo, procedimento); d) recurso contra expedição de diploma (hipóteses, legitimidade, prazo, procedimento); e) Procedimento de execução e cumprimento de decisões impositivas de multa e outras sanções de natureza pecuniária (Resolução TSE n.º 23.709/2022)



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 22/05/2025. Publicação: 23/05/2025. N.º 093/2025.

ISSN 2764-8060

13. Representações Eleitorais: a) por captação ilícita de sufrágio (hipóteses, legitimidade, prazo, procedimento); b) por arrecadação ou gasto ilícito em campanha (hipóteses, legitimidade, prazo, procedimento); c) por doação acima do limite; d) por prática de conduta vedada; e) Lei n.º 14.197/2021 - Crimes contra o funcionamento das instituições democráticas no processo eleitoral;
14. Recursos Eleitorais: a) contra decisões de Junta Eleitoral; b) contra decisões de juiz eleitoral; c) contra decisões do TRE; d) contra decisões do TSE.
15. Legislação Eleitoral: a) Constituição Federal (dispositivos pertinentes ao Direito Eleitoral); b) Código Eleitoral (crimes, recursos, juntas eleitorais); c) Lei Complementar n.º 64/1990; d) Lei n.º 9.504/1997; e) Lei n.º 9.096/1995; f) Resolução TSE n.º 22.610/2007; g) Súmulas TSE.
16. Lei n.º 13.165/2016 – redução dos custos das campanhas eleitorais, simplificação da administração dos Partidos Políticos e incentivo à participação feminina;
17. Lei n.º 14.192/2021 - Violência política contra a mulher;
18. Precedentes do Tribunal Superior Eleitoral;

GRUPO IV

DIREITOS TRANSINDIVIDUAIS E DIREITOS HUMANOS

1. DIREITO AMBIENTAL

1. Teoria Geral do Direito Ambiental. Princípios gerais de Direito Ambiental. Princípios do poluidor pagador, usuário pagador, precaução, prevenção, outros princípios de Direito Ambiental. Meio ambiente e Direitos Humanos. Princípio da proibição de retrocesso. Meio ambiente e sociedade de risco.
2. Meio Ambiente na Constituição Federal, especialmente os arts. 182 e 183, arts. 215 a 216-A e art. 225. Repartição de competências.
3. Política Nacional de Meio Ambiente. Lei n.º 6.938/1981. Acesso à informação ambiental: Lei n.º 10.650/2003. Política Nacional de Resíduos Sólidos: Lei n.º 12.305/2010. Lei Complementar n.º 140/2011. Resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente. Geração de energia elétrica. Mineração.
4. Código Florestal: Lei n.º 12.651/2012. Fauna: Lei n.º 5.197/1967. Sistema Nacional de Unidades de Conservação: Lei n.º 9.985/2000. Política Nacional de Gerenciamento Costeiro: Lei n.º 7.661/1988. Agrotóxicos: Lei n.º 14.785/2023. Proteção à fauna doméstica e domesticada. Direito dos animais.
5. Estatuto da Cidade: Lei n.º 10.257/2001. Política Nacional de Recursos Hídricos: Lei n.º 9.433/1997. Parcelamento do solo: Lei n.º 6.766/1979. Saneamento: Leis n.ºs 11.445/2007 e 14.026/2020. Proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Tombamento: Decreto-Lei n.º 25/1937. Patrimônio Cultural. Lei n.º 8.159/1991. Lei n.º 11.904/2009: Estatuto dos Museus.
6. Lei n.º 9.605/1998: Crimes Ambientais e Infrações Administrativas. Resolução Conjunta n.º 10, de 29 de maio de 2024, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP);
7. Dano Ambiental e Responsabilidade Civil por danos ao meio ambiente. Improbidade Administrativa Ambiental e Urbanística. Ação Civil Pública Ambiental (Lei n.º 7.347/1985);
8. Lei n.º 5.405, de 8 de abril de 1992: institui o Código de Proteção do Meio Ambiente e dispõe sobre o Sistema Estadual do Meio Ambiente e o uso adequado dos recursos naturais do Estado do Maranhão.

2. DIREITO SANITÁRIO

1. O direito à saúde na ordem constitucional. Saúde, direito sanitário e instrumentos legais.
2. Saúde e seguridade social. Lei n.º 8.080/1990.
3. O Sistema Único de Saúde, seus princípios e diretrizes norteadores, as atribuições administrativas da União, dos Estados e dos Municípios na garantia do direito à saúde, as condições, critérios e fatores determinantes na organização e planejamento de um Sistema de Saúde.
4. Sistema interfederativo. Lei Federal n.º 12.466/2011. Comissão Intergestores Tripartite (CIT), Comissão Intergestores Bipartite (CIB), Comissão Intergestores Regionais (CIR). Plano de Saúde, Rede de Atenção à Saúde, Regiões de Saúde, Programação Anual de Saúde e Plano Diretor de Regionalização (PDR).
5. Decreto Federal n.º 7.508/2011 e regulamentação administrativa. Planejamento de saúde, assistência à saúde e articulação interfederativa.
6. Política de Saúde Mental no Brasil. Lei n.º 10.216/2001. Reforma Psiquiátrica, serviços substitutivos ao hospital psiquiátrico e o papel do Ministério Público. Parâmetros legais de enfrentamento à drogadição. Resolução n.º 487/2023 do CNJ (Política Antimanicomial do Poder Judiciário);
7. O Sistema de Vigilância em Saúde, a importância do serviço de vigilância para a saúde da população, do consumidor e do ambiente; os instrumentos para efetividade das ações de vigilância e proteção da saúde. Portaria n.º 2.046/GM - Ministério da Saúde, de 03 de setembro de 2009, que regulamenta o Termo de Ajuste Sanitário (TAS).
8. O controle social, as Conferências de Saúde, os Conselhos de Saúde. Lei n.º 8.142/1990. A Resolução n.º 453/2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS); características institucionais, atribuições e responsabilidades dos Conselhos de Saúde e de seus integrantes.
9. O financiamento do direito à saúde - Emenda Constitucional n.º 29/2000, Lei Complementar n.º 141/2012, regulamentação administrativa.
10. Assistência farmacêutica, RENAME e Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas.



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 22/05/2025. Publicação: 23/05/2025. N° 093/2025.

ISSN 2764-8060

11. Pacto pela saúde e suas diversas implicações. Portaria n.º 399/GM, de 22 de fevereiro de 2006 e Portaria n.º 699/GM, de 30 de março de 2006, ambas do Ministério da Saúde.
12. Contrato Organizativo da Ação Pública de Saúde (COAP), suas implicações jurídicas e administrativas; a contratualização no Estado do Maranhão e seus municípios.
13. Resolução n.º 02/CIT, de 17 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES), regulamentação e aplicação. Portaria n.º 841/GM - Ministério da Saúde, de 02 de maio de 2012, que publica a Relação Nacional de Ações e Serviços de Saúde (RENASES)
14. O direito à saúde e o terceiro setor. Consórcio intermunicipal de saúde, cooperativas, entidades sem fins lucrativos, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP's), Organizações Sociais (OS's), Fundações Estatais de Direito Privado.
15. Código de Saúde do Estado do Maranhão (Lei Complementar Estadual n.º 039/1998) e legislação sanitária estadual. Lei n.º 9.732, de 19 de dezembro de 2012, que autoriza a criação da empresa pública denominada Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares – EMSERH;
16. Responsabilidades administrativa, civil e penal dos profissionais e serviços de saúde.
17. Crimes contra a saúde no Código penal, Lei Federal n.º 8.080/1990, Lei Federal n.º 9.434/1997 e Lei Federal n.º 9.263/1996.
18. Saúde pública e improbidade administrativa. Lei n.º 8.429/1992. Saúde pública e sua proteção jurídica contra a prática de atos de improbidade administrativa. Hipóteses que podem caracterizar a realização de atos de improbidade administrativa pelos agentes públicos da área de saúde, as sanções previstas e a natureza dessas sanções. Defesa da probidade administrativa em juízo, em especial o papel reservado ao Ministério Público.
19. O alcance das atribuições do Ministério Público na área do Direito Sanitário. Inquérito Civil. Compromisso de Ajustamento de Conduta. Ação Civil Pública. O controle externo dos atos administrativos.
20. O paradoxo entre direito fundamental social e direito público subjetivo à saúde. A interdependência dos sistemas político e jurídico do direito à saúde. Judicialização do direito à saúde. Resolução n.º 238/2016 do CNJ (criação e manutenção, pelos Tribunais de Justiça e Regionais Federais de Comitês Estaduais da Saúde) e Resolução n.º 530/2023 do CNJ (Política Judiciária de Resolução Adequada das Demandas de Assistência à Saúde);
3. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
1. Criança e Adolescente. Antecedentes históricos. Inserção constitucional. Doutrina da Proteção Integral. Princípios e Direitos fundamentais da criança e do adolescente. Princípios e direitos fundamentais do Estatuto da Criança e do Adolescente.
2. Política e organização do atendimento. Linhas de ação e da política de atendimento. Linhas de ação e diretrizes. Municipalização e descentralização. Participação da cidadania e conselhos dos direitos. Entidades e programas de atendimento.
3. Conselho Tutelar. Disposições gerais. Atribuições. Competência. Escolha dos conselheiros e impedimentos. Lei n.º 12.696/2012 e Resoluções n.ºs 139 e 152 do CONANDA. Processo Eleitoral do Conselho Tutelar (Resolução CONANDA n.º 231/2022).
4. Medidas de proteção. Disposições gerais. Medidas específicas de proteção. Colocação em família substituta.
5. Medidas pertinentes aos pais ou responsável.
6. Direito à convivência familiar. Família natural e família substituta. Guarda. Tutela. Adoção. Perda ou suspensão do poder familiar. Colocação em família substituta. Direito à convivência familiar e comunitária (Resolução CNMP n.º 198/2019); Apadrinhamento afetivo. Entrega voluntária para adoção (Resolução CNJ n.º 485/2023).
7. Prática de ato infracional. A questão socioeducativa. Conceito e tempo do ato infracional. Inimputabilidade. Direitos individuais. Garantias processuais. Medidas socioeducativas. Remissão.
8. Acesso à Justiça. A Justiça da infância e da juventude. Princípios gerais. Competência. Representação processual. Serviços auxiliares.
9. Procedimentos. Disposições gerais. Perda e suspensão do poder familiar. Destituição da tutela. Colocação em família substituta. Apuração de ato infracional atribuído ao adolescente. Apuração de irregularidade em entidade de atendimento. Apuração de infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente.
10. Recursos.
11. Ministério Público.
12. O advogado.
13. Defensor Público.
14. O Juiz.
15. Proteção judicial e defesa dos interesses individuais, difusos e coletivos das crianças e dos adolescentes.
16. Crimes e infrações administrativas.
17. Normativa internacional. Convenção sobre os Direitos da Criança: Decreto n.º 99.710, de 21 de novembro de 1990. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil: Decreto n.º 5.007, de 8 de março de 2004. Convenção 182 da Organização Internacional do Trabalho: Decreto n.º 3.597, de 12 de setembro de 2000]. Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil – Lista TIP: Decreto n.º 6.481, de 12 de junho de 2008]. Convenção de Haia de 1993 relativa à adoção internacional: Decreto n.º 3.087, de 21 de junho de 1999]. Convenção de Haia de 1980 relativa ao sequestro internacional de crianças: Decreto n.º 3.413, de 14 de abril de 2000. Convenção Interamericana sobre Tráfico Internacional de Menores: Decreto n.º 2.740, de 20 de agosto de 1998. Convenção Interamericana sobre a Restituição Internacional



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 22/05/2025. Publicação: 23/05/2025. Nº 093/2025.

ISSN 2764-8060

de Menores: Decreto n.º 1.212, de 3 de agosto de 1994. Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional: Decreto n.º 4.388, de 25 de setembro de 2002.

18. Lei nº 14.344/2022 - Lei Henry Borel. Medidas de proteção.

19. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE- Lei n.º 12.594/2012.

20. Estatuto da Primeira Infância - Lei n.º 13.257/2016.

4. DIREITO DO CONSUMIDOR

1. Lei n.º 8.078/1990. Fundamentos constitucionais. Relação de consumo. Consumidor. Fornecedor. Produtos e serviços. Conceitos. Fontes do direito do consumidor. Política nacional das relações de consumo. Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Objetivos e princípios.

2. Tutela administrativa do consumidor. Poder de normatização e de fiscalização do Município, do Distrito Federal, dos Estados e União. Sanções administrativas. Órgãos administrativos de tutela do consumidor. Lei n.º 12.529/2011. Decreto n.º 2.181/1997.

3. Qualidade de produtos e serviços, prevenção e reparação dos danos. Responsabilidade do fornecedor pelo fato do produto e do serviço (acidente de consumo). Causas excludentes. Responsabilidade do fornecedor pelos vícios do produto e do serviço. Vício e defeito. Responsabilidade do profissional liberal. Causas excludentes. Teoria do desvio produtivo. Decadência e prescrição. Desconsideração da personalidade jurídica. Práticas comerciais. Oferta, apresentação e publicidade. Práticas abusivas. Cobrança de dívidas. Banco de dados e cadastro de consumidores e fornecedores. Lei n.º 10.962/2004 e Decreto n.º 5.903/2006.

4. Práticas contratuais. Cláusulas abusivas. Contratos de adesão. Tamanho mínimo da fonte em contratos de adesão (Lei n.º 11.785/2008). Convenção coletiva de consumo. Garantia legal e contratual.

5. O Ministério Público na tutela do consumidor. Atribuições das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor. Aspectos da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei n.º 8.625/1993). Defesa do consumidor em juízo. Ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos. Ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços. Coisa julgada. Ação civil pública (Lei n.º 7.347/1985).

6. Lei n.º 14.181/2021 (prevenção e o tratamento do superendividamento.)

7. Lei n.º 14.790/2023 (dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa – Lei das BETS).

5. DIREITO DO IDOSO

1. Pessoas idosas. Envelhecimento populacional. Direitos fundamentais, autonomia e escuta. Política Nacional do Idoso. Etarismo ou Idadismo; violências contra a pessoa idosa e suas interseccionalidades.

2. O idoso na Constituição Federal, Política Nacional do Idoso, Estatuto do Idoso, Lei Orgânica da Assistência Social, Código Civil, Código de Processo Civil, Código Penal, Constituição Estadual e Legislação Estadual. Resolução CNMP n.º 154/2016.

3. Direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

4. Medidas de proteção.

5. Políticas públicas, entidades de atendimento e rede protetiva dos direitos da pessoa idosa.

6. Política de atendimento. Alternativas ao asilamento. Fiscalização das entidades de atendimento. Regulamentação sanitária.

7. Conselhos Nacional, Estadual e Municipais dos Direitos do Idoso

8. Prioridade no atendimento. Prioridade na tramitação de feitos.

9. Assistência Social. Acessibilidade. Gratuidade nos transportes coletivos. Ações afirmativas.

10. Os crimes e infrações administrativas.

11. A proteção judicial dos interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis ou homogêneos.

6. DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

1. Pessoas com deficiência. Evolução conceitual. Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo (Decreto Legislativo n.º 186/2008 e Decreto n.º 6.949/2009).

2. Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (Decreto n.º 3.956/2001).

3. Constituição Federal, Legislação Federal esparsa.

4. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Federal n.º 13.146/2015). Acessibilidade e enfrentamento de barreiras. Decreto n.º 9.296/2018 - regulamenta o art. 45 do Estatuto da Pessoa com Deficiência.

5. Política Nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Decreto n.º 3.298/1999, Decreto n.º 11.793/2023, Resolução n.º 109/2009 do Conselho Nacional de Assistência Social e Resolução CNMP n.º 228/2021).

6. Direito à habilitação, reabilitação e integração social, educação inclusiva, saúde, formação profissional, recursos humanos, acessibilidade, edificações e assistência social. Gratuidade nos transportes coletivos. Prioridade no atendimento. Criminalização do preconceito.

7. Direito ao trabalho. Vagas reservadas nos setores público e privado.

8. A proteção judicial dos interesses individuais, coletivos e difusos.

9. Conselhos Nacional, Estadual e Municipais dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

10. Decreto n.º 9.404/2018 (reserva de espaços e assentos em teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, locais de espetáculos e de conferências e similares para pessoas com deficiência);

11. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Pessoa com Deficiência e Rede de Cuidados da Pessoa com Deficiência (Portaria GM/MS n.º 1.526/2023).



DIÁRIO ELETRÔNICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



São Luís/MA. Disponibilização: 22/05/2025. Publicação: 23/05/2025. Nº 093/2025.

ISSN 2764-8060

12. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei n.º 12.764/2012). Participação política, social e cidadania. Direitos fundamentais. Capacidade civil. Direitos de família. Direitos reprodutivos e sexuais. Educação Inclusiva. Ações afirmativas. Capacitismo e violências contra a pessoa com deficiência.
7. DIREITO À EDUCAÇÃO
 1. Educação em Direitos Humanos. Direito à educação e os objetivos fundamentais da República. Direito na Constituição Federal. Princípios constitucionais do ensino. Deveres do Estado com a educação. Programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
 2. Competências dos entes federativos na seara educacional. Regime de colaboração.
 3. Financiamento da educação. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.
 4. Controle social do direito à educação e respectivas políticas públicas e gestão democrática no ensino.
 5. Níveis e modalidades de educação e ensino. Planejamento. Planos decenais de educação. Conteúdo dos Planos nacional e estadual de educação vigentes.
 6. Educação especial inclusiva. Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009).
 7. Atuação de instituições privadas na seara educacional. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Direito à educação no Estatuto da Criança e do Adolescente;
 8. Legislação Estadual da Educação. Lei n.º 10.099, de 11 de junho de 2014, Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão.
8. DIREITOS HUMANOS
 1. A Declaração Universal dos Direitos Humanos. Contexto histórico. Importância e função nos dias atuais.
 2. Direitos Humanos e direitos fundamentais. Conceito, estrutura e história.
 3. Sistema Regional de Direitos Humanos. Convenção Americana de Direitos Humanos e Protocolos adicionais. Corte Interamericana de Direitos Humanos. Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
 4. Tratados internacionais de Direitos Humanos. Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos. Pacto dos Direitos Sociais. Outros Tratados internacionais.
 5. Mecanismos Internacionais de proteção e monitoramento dos Direitos Humanos.
 6. Direito Penal Internacional. Tribunal Penal Internacional. Dos crimes internacionais. Tratados internacionais e Direito Penal.
 7. Direitos humanos no Brasil. Constituição e Direitos humanos. Direitos Fundamentais. Status dos Direitos Humanos. Terminologia, fundamento e classificação (quanto à finalidade; adotada pela Constituição de 1988). Dimensões dos Direitos Humanos. Direitos Humanos em espécie. Direito à vida. Dignidade da pessoa humana. Direito à liberdade. Direitos políticos. Direitos sociais. Direito de minorias.
 8. Direitos humanos e o Ministério Público. Resolução n.º 262/2023 do CNMP (Institui o Comitê Permanente Nacional de Monitoramento da Implementação de Decisões de Órgãos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (CONADH) no âmbito do Ministério Público brasileiro). Recomendação n.º 96/2023 do CNMP (Recomenda aos ramos e às unidades do Ministério Público a observância dos tratados, convenções e protocolos internacionais de direitos humanos, das recomendações da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos; e dá outras providências). Resolução n.º 278/2023 do CNMP (Dispõe sobre as atribuições do Ministério Público na tutela coletiva de segurança pública). Resolução n.º 279/2023 do CNMP (Dispõe sobre as atribuições do Ministério Público no exercício do controle externo da atividade policial);
 9. Racismo. Conceito e espécies: racismo estrutural, institucional, ambiental, recreativo, religioso, interseccionalidade entre raça, gênero e classe, preconceito racial, igualdade racial e ações afirmativas. Proteção da igualdade étnico-racial e legislação específica correspondente (Convenção internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial - Decreto n.º 65.810/1969; Lei n.º 7.716/1989; Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial – Decreto n.º 4.886/2003; Estatuto da Igualdade Racial - Lei n.º 12.288/2010; Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - SINAPIR – Decreto n.º 8.136/2013).
 10. A proteção e a defesa dos povos tradicionais. Conceito e espécie. Resolução CNMP n.º 230/2021.
 11. Violência e discriminação em razão de identidade de gênero e orientação sexual. Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero. Atuação do Ministério Público no enfrentamento da violência de gênero e institucional. Direitos da Pessoa LGBTQIA+. Direito ao uso do nome social.
 12. População carcerária e em cumprimento de pena ou de medida socioeducativa. A pessoa com deficiência auditiva ou visual em privação de liberdade. Direito à assistência e à diversidade religiosa. Direitos da população LGBTQIA+ (Resolução CNJ n.º 348/2020). Fiscalização dos parâmetros de acolhimento das pessoas LGBTQIA+ privadas de liberdade.
 13. Justiça de Transição. Conceito. Mecanismos: justiça, reparações, verdade e não repetição. Anistia. Comissão de Anistia. Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH-3 (Decreto n.º 7.037/2009). Comissão Nacional da Verdade. Justiça de transição e direitos sociais, econômicos e culturais. Justiça de transição em democracias consolidadas.